



REGULAMENTO

Regulamento Interno do Grupo de Trabalho de Leiloeiros Oficiais (Portaria MEMP n. 244, de 17 de dezembro de 2024)

Capítulo I

Da Criação e Finalidade

Art. 1º Este regimento tem a finalidade de orientar as atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MEMP n. 244, de 17 de dezembro de 2024, com a incumbência de estudar e revisar a Instrução Normativa DREI nº 52 que regulamenta, dentre outros assuntos, o ofício dos leiloeiros oficiais matriculados nas 27 (vinte e sete) Juntas Comerciais do Brasil, de modo a rever dispositivos que tratam do exercício da profissão, por se tratar de matéria relevante para o ambiente negocial do país.

Art. 2º O Grupo de Trabalho tem as seguintes atribuições:

- I - Analisar a atual redação da Instrução Normativa DREI n. 52, no que pertine ao ofício desempenhado pelos leiloeiros oficiais;
- II - Propor alterações que visem à atualização e melhoria da norma;
- III - Garantir a clareza, a legalidade e a efetividade das disposições que regulam a atividade dos leiloeiros oficiais, devidamente matriculados nas Juntas Comerciais.

Capítulo II

Da Composição

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto por órgãos públicos e entidades que se relacionam aos profissionais, por seus representantes, consoante disposições contidas no artigo 2º da Portaria MEMP n. 244, de 17 de dezembro de 2024, compreendendo-se as seguintes entidades e órgãos:

- I – Instituto Nacional de Leiloeiros, Ciência e Tecnologia – INNLEI;
- II – Sindicato dos Leiloeiros no Estado de São Paulo – SINDILEISP;
- III – Sindicato dos Leiloeiros do Estado do Rio de Janeiro – SINDILEIRJ;
- IV – Sindicato dos Leiloeiros no Estado de Minas Gerais – SINDILEIMG;
- V – Sindicato dos Leiloeiros do Rio Grande do Sul – SINDILEIRS;
- VI – Federação Nacional de Juntas Comerciais – FENAJU;
- VII – Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – SMEPP.

Parágrafo único. Caberá a cada representante dos membros partícipes 01 (um) voto no cômputo das deliberações, inclusive o voto daqueles que estiverem no exercício da presidência e no da Secretaria-Executiva.

Capítulo III

Da Organização dos Trabalhos

Art. 4º A Presidência dos trabalhos competirá ao representante da Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Secretário Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, a Presidência dos trabalhos será realizada pelo representante da Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração.

Art. 5º A Secretaria-Executiva será exercida pelo representante da Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração da Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Art. 6º Poderão ser destacados outros servidores dos órgãos públicos, a que se referem os artigos 4º e 5º do presente Regimento, a fim de que auxiliem no desempenho das atividades, inclusive elaboração de relatórios e demais documentos e atos necessários à consecução dos trabalhos.

Art. 7º Eventualmente, os integrantes poderão indicar profissionais de notório saber jurídico para realizarem estudos específicos e pontuais, que mereçam melhor esclarecimento, no decorrer da realização dos trabalhos.

§ 1º Caberá à Presidência avaliar a oportunidade e conveniência de aceitar partícipes, como convidados, que demonstrem interesse em acompanhar as reuniões, inclusive acerca da possibilidade de participação com direito a voz.

§ 2º Para a resolução de dúvidas jurídicas que decorram dos trabalhos, a Presidência poderá submeter, por despacho assinado, o assunto à CONJUR do MEMP para a emissão de parecer.

Art. 8º Nos termos da Portaria MEMP n. 244, de 17 de dezembro de 2024, o grupo de trabalho terá duração de 180 (cento e oitenta) dias, contados da primeira reunião inaugural.

Capítulo IV

Das Reuniões

Art. 9º O Grupo de Trabalho reunir-se-á, em caráter ordinário, uma vez por mês, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pela Presidência.

§1º As convocações e demais comunicações realizar-se-ão por intermédio de endereço eletrônico, a ser informado e confirmado na reunião inaugural por seus detentores.

§2º Os membros poderão sugerir à Presidência assuntos para serem colocados na pauta, com antecedência de 5 (cinco) dias, a contar da data da reunião, cabendo à Secretaria-Executiva o controle e a organização prévia dos documentos.

Art. 10 As reuniões poderão ocorrer no formato híbrido, garantindo-se a comprovação de presença, mediante assinatura em lista, no formato físico ou digital.

§1º No início da reunião, a Presidência da Mesa deverá anunciar se todos os partícipes concordam com a gravação da reunião, com o fim de garantir a precisão na reprodução documental de manifestações e deliberações.

§2º Instalar-se-ão as reuniões com a presença do número inteiro subsequente à metade dos membros, ressaltando-se que, na ausência do titular, este será

representado pelo suplente.

§3º As reuniões ordinárias ocorrerão uma vez ao mês, conforme agenda ajustada entre os partícipes na sessão inaugural, devendo a pauta ser encaminhada com 10 (dez) dias de antecedência.

§4º A depender da necessidade, a Presidência poderá convocar reuniões extraordinárias, com o envio de pauta, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Art. 11 As deliberações do Grupo de Trabalho serão tomadas por maioria simples dos presentes.

Parágrafo único. No caso de empate nas deliberações, o voto do Presidente da reunião será considerado de minerva.

Capítulo V

Das Atas

Art. 12 Das reuniões serão elaboradas atas, podendo ser as principais ocorrências apontadas no formato resumido, com exceção das deliberações que deverão ser descritas com maior precisão, inclusive com a indicação dos votos que foram contabilizados para a sua validação.

Parágrafo único. Eventuais votos divergentes deverão ser, igualmente, descritos com precisão, com o fim de garantir a legitimidade das manifestações dos partícipes com direito a voz e voto.

Art. 13 Compete à Secretaria-Executiva a elaboração da minuta da ata de reunião e o encaminhamento, após comprovada ciência da Presidência, aos membros para aprovação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da realização da reunião.

§ 1º A partir do envio da minuta da ata, os membros terão 2 (dois) dias úteis para impugnar o texto, sob pena de ser considerado aprovado, caso não haja manifestação no prazo ora assinalado.

§ 2º A ata, devidamente aprovada, deverá ser assinada digitalmente pelos representantes da Presidência e da Secretaria-Executiva e conter certificação da Mesa acerca da presença dos membros, inclusive fazendo referência à forma de comprovação de presença e contagem de quórum, seja na modalidade presencial, seja na modalidade virtual.

Capítulo VI

Das Atribuições dos Membros

Art. 14 Compete aos membros do GT:

I - Participar ativamente das reuniões e discussões;

II - Apresentar sugestões e contribuições para a revisão da Instrução Normativa;

III - Colaborar na redação das propostas de alterações;

IV - Manter a confidencialidade sobre assuntos discutidos que não sejam de domínio público.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais

Art. 15 A participação dos integrantes deste grupo de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante e não ensejará remuneração.

Capítulo VIII

Do Relatório Final

Art. 16 Após a reunião final, o Grupo de Trabalho deverá elaborar, no prazo de 10 (dez) dias úteis um relatório preliminar, contendo as propostas para a revisão e aperfeiçoamento da Instrução Normativa DREI n. 52, no que pertine ao ofício de leiloeiro oficial.

Parágrafo único. O relatório a que se refere o “caput” servirá de documento instrutório para que a Secretaria-Executiva formule, no prazo de 10 (dez) dias, nota técnica que dará base para minuta de novo ato normativo, se o caso, a ser submetido a consulta e audiência públicas, nos termos do Decreto n. 12.002, de 22 de abril de 2024.

Capítulo IX

Das Disposições Finais

Art. 17 Este Regimento Interno poderá ser alterado por decisão do Grupo de Trabalho, desde que a alteração seja aprovada pela maioria dos membros.

Art. 18 Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Flávia Regina Britto Gonçalves

Secretária-Executiva do Grupo de Trabalho
Diretora Nacional de Registro Empresarial e Integração

Maurício Juvenal

Presidente do Grupo de Trabalho
Secretário Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (SMEPP)



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Regina Britto Gonçalves, Diretor(a)**, em 02/07/2025, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Pinto Pereira Juvenal, Secretário(a)**, em 03/07/2025, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51552946** e o código CRC **13F6C2DD**.